

PROJETO BÁSICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

(Processo Administrativo Nº 23065.028861/2018-31)

1. OBJETO

1.1. Contratação em regime de empreitada por preço global de empresa especializada em serviços de engenharia para construção, na modalidade tomada de preços, da construção do Centro de Energias Renováveis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Objeto	Valor Global Máximo
01	Construção do Centro de Engenharia de Energias Renováveis	R\$ 2.315.600,35

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas, implantou em 2014 três novos cursos, que são os de Agroecologia, Engenharia Florestal e Engenharia de Energias Renováveis, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Segundo o diretor da unidade acadêmica o MEC se comprometeu a investir DEZ MILHÕES DE REAIS EM INFRAESTRUTURA, necessária ao funcionamento destes cursos, o que inclui salas de aula, laboratórios didáticos e biblioteca.

2.2. Apesar destes cursos terem iniciado suas atividades em 2014, por meio da contratação de professores e a entrada semestral de alunos via ENEM, nenhum recurso veio para infraestrutura. Estes cursos estão utilizando a infraestrutura previamente existente no Centro de Ciências Agrárias, o que inclui salas de aula, ateliês de desenho e laboratórios de informática. Com o aumento semestral no número de alunos, corre-se o risco de não ter um número suficiente de salas de aula nos próximos semestres.

2.3. A direção da unidade do CECA e professores do Curso de Engenharia de Energias Renováveis para suprir as necessidades da unidade solicitaram a construção do Centro de Engenharia de Energias Renováveis, que possuiria as

seguintes características: Projeto com dois Blocos, A e B. O Bloco A seria térreo e possuiria duas salas de aula e um Laboratório Multidisciplinar, com capacidade de 96 alunos por turno (matutino e vespertino), sendo 35 alunos por sala de aula e 26 no laboratório. No Bloco B são dois pavimentos, o térreo possui igualmente duas salas de aula e um Laboratório, este de Informática, com capacidade de 95 alunos por turno (matutino e vespertino), sendo 35 alunos por sala de aula e 25 no laboratório. No segundo pavimento seriam 7 salas de professores e uma de reunião, além dos espaços de suporte, banheiros, copa e espaço de convivência

2.4. A proposta do projeto é atender as necessidades atuais do curso de Engenharia de Energias Renováveis. Além disso, ficou reservado área para construção de um futuro bloco, a fim de atender à necessidade de expansões futuras da unidade acadêmica.

2.5. Fica clara, portanto, a importante contribuição da construção do Centro de Energias Renováveis no Campus Rio Largo no projeto de expansão da Universidade Federal de Alagoas. Hoje a Unidade do Centro de Ciências Agrárias- CECA está madura e possui recursos humanos e demanda reprimida que justifica a construção do empreendimento para suprir os quesitos de infraestrutura dos novos cursos implantados.

2.6. A adoção da modalidade Tomada de Preços é justificada pelo exposto no art. 1 do Decreto nº 9.412, de junho de 2018 que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da lei 8.666/93:

“1 - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);

e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais)”

2.7. A adoção do regime de empreitada por preço global se justifica pelo fato de ser possível definir com clareza os aspectos qualitativos e quantitativos do objeto, tornando possível ao licitante formular sua proposta com grau de precisão adequado.

2.8. Os quantitativos demandados no orçamento detalhado e as especificações técnicas do serviço são baseados nos projetos arquitetônico e complementares integrantes do presente Projeto Básico, sendo estes regidos por legislação, normativos e procedimentos técnicos específicos, listados em seus memoriais individuais, e estão sob responsabilidade técnica registrada de seus autores.

3. VISTORIA

3.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

3.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (82) 9.8812-6822;

3.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;

3.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

3.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante (metodologia a ser definida pelo órgão), antes da data fixada para a sessão pública.

3.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

3.1.6. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue por e-mail, CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta

4. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. A classificação das propostas será realizada através do método do Menor Preço Global.

4.2. As propostas dos licitantes serão compostas, em consonância com o orçamento de referência, por dois itens: Custo Ofertado e BDI ofertado.

4.3. As licitantes deverão apresentar em planilha as composições de todos os custos unitários do orçamento (Acórdãos nº 662/2011- Plenário, nº 1762/2010- Plenário).

4.4. O percentual de BDI ofertado deverá ser acompanhado por nova composição do mesmo, nos termos do Decreto 7983/2013.

4.4.1. Se não houver modificação no percentual de BDI ofertado, será dispensada a necessidade de apresentação de nova composição, sendo aplicada a composição de referência.

4.5. A aceitabilidade da proposta está condicionada a:

4.5.1. Análise dos preços de modo que o valor global da obra, o de cada etapa prevista nos cronogramas físicos-financeiro e dos serviços fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da UFAL.

4.5.2. Serão alvo de comprovação de exequibilidade por parte do licitante todos os itens que tenham valores inferiores a 70% do valor de referência;

4.5.3. Análise da composição do BDI ofertado;

4.5.4. Demais condições definidas pelo Edital, Lei 8666/93 e legislação complementar.

5. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para fins de habilitação técnico-profissional, o responsável técnico do licitante deverá apresentar, na etapa de habilitação do certame, Certidão de Acervo Técnico devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, que comprove a execução dos seguintes serviços, relativos a parcelas de grande representatividade da obra, em qualquer quantidade:

5.1.1. Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado;

5.1.2. Execução de alvenaria em tijolo ecológico, cerâmico ou similar;

5.1.3. Execução de laje pré-fabricada treliçada para piso ou cobertura, enchimento com bloco cerâmico, inclusive escoramento e capeamento.

5.1.4. Execução de Parede com placas de gesso acartonado- drywall.

5.2. Para fins de habilitação técnico-operacional os licitantes deverão apresentar, na etapa de habilitação do certame, Atestado de Obra ou Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior que comprove a execução dos seguintes serviços:

5.2.1. Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado (970 m²);

5.2.2. Execução de alvenaria em tijolo ecológico, cerâmico ou similar (275 m²);

- 5.2.3.** Execução de laje pré-fabricada treliçada para piso ou cobertura, enchimento com bloco cerâmico, inclusive escoramento e capeamento (250 m²).
- 5.2.4.** Execução de Parede com placas de gesso acartonado- drywall (220 m²).
- 5.3.** A Administração poderá adotar diligências tendentes a confirmar a autenticidade e correção dos atestados apresentados para comprovação da qualificação técnico-operacional.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 6.1.** A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias do recebimento da Ordem de Serviço, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro anexo à este projeto básico.
- 6.2.** O prazo para conclusão total do objeto é de 360 dias.
- 6.3.** O contrato terá vigência de 540 dias, contados a partir de sua assinatura.
- 6.4.** Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.
- 6.4.1.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 6.4.2.** A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 6.4.3.** Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
- 6.4.4.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a

última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.5. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

6.6. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.6.2. O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

6.6.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 4.5 não ser procedida dentro no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

6.6.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

6.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7. SUBESTIMATIVAS OU SUPERESTIMATIVAS RELEVANTES

7.1. Em consonância com as recomendações da AGU constantes no modelo de projeto básico para contratação de obras públicas disponível em seu site, o Acórdão do TCU nº 1.977/2013 e o Parecer nº 184/2018 da Procuradoria da

Federal junto à UFAL, serão consideradas subestimativas ou superestimativas relevantes que resultará em revisão contratual por meio de termo aditivo, tanto para acréscimos como para supressões, as omissões e/ou erros quantitativos unitários superiores a 10% do quantitativo inicialmente previsto para os serviços constantes nas faixas A e B da curva ABC do orçamento de referência.

7.1.1. Erros ou omissões de quantidade inferiores à 10% dos serviços constantes nas faixas A e B da curva ABC do orçamento de referência ou qualquer variação de quantidade dos serviços constantes na faixa C, não serão motivo para revisão contratual, sendo, portanto, álea ordinária da contratada.

7.1.2. No caso de revisão contratual por motivo de erros ou omissões será observado o limite máximo de tolerância de 10% do valor do contrato, previsto no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação;

8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto:

8.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.10.2. Licença Ambiental de Instalação e Operação;

8.10.3. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.10.4. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.10.5. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

8.10.6. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.10.7. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

9.2. Manter o ritmo da obra mesmo que a CONTRATANTE atrase o pagamento até o limite de 90 dias da data prevista para o cumprimento da obrigação. Após 90 dias de inadimplência a contratada poderá suspender a prestação de serviço ou solicitar a rescisão do contrato unilateral. No caso de atraso de pagamento inferior a 90 dias, a CONTRATADA só poderá diminuir o ritmo da obra com autorização judicial, pois unilateralmente ser-lhe-ia vedado, uma vez que tal medida não encontra amparo na legislação vigente (Acórdãos do TCU nº 2164/2015- Plenário e nº 1695/2018- Plenário);

- 9.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.7. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.9. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 9.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 9.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 9.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 9.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitária, elétricas e de comunicação.
- 9.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 9.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:

9.28.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.28.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

9.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.31. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

9.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por

meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.35.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.35.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

9.35.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

9.35.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do

Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

9.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.36.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites

máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

9.37.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

9.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

9.40. Providenciar as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licença ambiental de instalação e operação, habite-se e regularização dos serviços e atividades concluídas;

9.41. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou

sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.42. Para a execução dos serviços, a contratada deverá seguir rigorosamente os procedimentos executivos contidos no **Manual de Obras Públicas- Edificações- Construções da Secretária de Estado da Administração e Patrimônio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, disponível no link:http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_construcao.pdf

9.43. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

9.44. *A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.*

9.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para atender aos sistemas de Proteção Contra Incêndio e Pânico no Estado de Alagoas, consoante a PORTARIA N°178 de 12 junho de 2013 que aprovou a instrução geral técnica provisória da diretoria de serviços técnicos da CBMAL. Em que se observa no artigo 11 inciso VII dessa portaria:

9.45.1. “**O Processo Simplificado** deve ser utilizado para apresentação das medidas de segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco, igual ou inferior a 750 m², consideradas de baixo risco e que se faz necessário apenas os seguintes sistemas: sistema de proteção por extintores, iluminação de emergência e sinalização de emergência, **sendo dispensado de projeto técnico**”.

9.45.2. Desse modo, a contratada deverá dar entrada ao Processo Simplificado na CBMAL com abertura presencial, sendo necessárias duas vias físicas e/ou em meio digital, a critério do CBMAL, dos seguintes documentos:

- 9.45.2.1. I - formulário de segurança contra incêndio;
- 9.45.2.2. II - termo de responsabilidade;
- 9.45.2.3. III - comprovante de CNPJ;
- 9.45.2.4. IV - cópia do documento de identidade e CPF do responsável pelo empreendimento;
- 9.45.2.5. V - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do serviço executado pelo profissional habilitado, quando a edificação possuir gás canalizado (teste de estanqueidade com emissão da respectiva ART por profissional habilitado);
- 9.45.2.6. VI - comprovante de área emitido por órgão oficial ou por ele delegado;
- 9.45.2.7. VII - notas fiscais dos equipamentos preventivos.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

10.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.6. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.7. O item administração local será pago proporcionalmente ao cumprimento do cronograma físico-financeiro da obra e não por valor fixo mensal. (Acórdão do TCU nº3.103/2010, 1.978/2013, 2.081/2017, e 2.082/2017-Todos Plenário).

10.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.10. Na fiscalização, conferência, medição e recebimento dos serviços executados pela contratada, a fiscalização deverá seguir os critérios estabelecidos no Manual de Obras Públicas- Edificações- Construções da Secretária de Estado da Administração e Patrimônio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disponível no link:http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_construcao.pdf

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 %(trinta por cento) do valor total do contrato.

11.1.1. É vedada a subcontratação dos serviços citados na cláusula 5º- “ Critério de habilitação técnica”.

11.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções relacionadas à execução contratual são aquelas previstas no Edital.

13. ANEXOS

13.1. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Caderno de Especificações Técnicas e Memorial Descritivo;
- Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo IV – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo V – Projeto Arquitetônico e Luminotécnico;
- Anexo VI - Projeto de Inst. Elétricas baixa tensão;
- Anexo VII - Projeto de Inst. Elétricas média tensão;

- Anexo VIII- Projeto SPDA;
- Anexo IX - Projeto de Inst. Hidrossanitária e drenagem de águas pluviais;
- Anexo X - Projeto canteiro de obras;
- Anexo XI - Projeto Climatização
- Anexo XII - Projeto de Terraplenagem;
- Anexo XIII – Levantamento planialtimétrico e sondagem;
- Anexo XIV - Projeto de Inst. de Combate a Incêndio e Pânico;
- Anexo XV - Projeto Estrutural;
- Anexo XVI - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

Maceió, 26 de novembro de 2018.

Emerson Rodrigo Gomes Camêlo
Gerente de Obras
GO/CPOM/SINFRA/UFAL
Siape 2.184.915